

BEMISA MINERAÇÃO E LOGÍSTICA S.A

CNPJ: 15.643.555/0001-29

BALANÇO PATRIMONIAL*(em milhares de Reais)*

ATIVO	Nota	dez/24	dez/23	PASSIVO	Nota	dez/24	dez/23
CIRCULANTE		15.166	8.624	CIRCULANTE		9.792	7.968
Caixa e equivalentes de caixa	4	8.773	5.473	Fornecedores	8	2.686	3.537
Contas a receber	5	4.642	2.609	Obrigações Trabalhistas		279	121
Adiantamentos		5	1	Obrigações Fiscais	9	2.389	948
Impostos a recuperar		518	41	Contas a pagar partes relacionadas	11	0	0
Despesas Antecipadas	6	511	500	Dividendos a pagar	10	1.086	223
Outros		718	0	Arrendamento		3.351	3.138
NÃO CIRCULANTE		16.192	17.432	NÃO CIRCULANTE		2.661	6.012
Despesa Antecipada	6	343	817	Arrendamento	10	2.661	6.012
Imobilizado	7	9.547	6.713	PATRIMÔNIO LÍQUIDO		18.905	12.076
Arrendamento	10	6.301	9.902	Capital social	11	14.700	11.359
				Reserva de Lucros		4.205	717
TOTAL DO ATIVO		31.358	26.057	TOTAL DO PASSIVO		31.358	26.057

As notas explicativas são partes integrante das demonstrações financeiras

Demonstrações de Resultados
(Em milhares de Reais)

	<u>Nota</u>	<u>dez/24</u>	<u>dez/23</u>
Receita Líquida	12	36.850	24.635
(-) Custo	13	<u>(24.392)</u>	<u>(18.715)</u>
Lucro Bruto		<u>12.458</u>	<u>5.920</u>
Despesas/Receitas Operacionais			
Gerais e Administrativas	14	(1.268)	(1.014)
Despesas com Pessoal		(1.049)	(212)
Provisões / Reversões		(255)	4
Depreciação e Amortização		(739)	(210)
Outras Receitas/Despesas Operacionais		(28)	(161)
Resultado Operacional		<u>9.120</u>	<u>4.327</u>
Resultado financeiro	15		
Receitas financeiras		475	600
Despesas financeiras		(509)	(52)
Resultado antes do IRPJ e CSLL		<u>9.085</u>	<u>4.875</u>
IR e CSLL	16	(4.511)	(3.115)
Resultado Líquido		<u><u>4.574</u></u>	<u><u>1.761</u></u>

As notas explicativas são partes integrante das demonstrações financeiras

BEMISA MINERAÇÃO E LOGÍSTICA S.A
CNPJ: 15.643.559/0001-29

Demonstrações das Mutações do Patrimônio Líquido
(Em milhares de Reais)

	Capital social		Reserva de lucros		Lucros/(Prejuízos) Acumulados	Total
	Subscrito	A integralizar	Reserva legal	Reserva de lucros		
Saldos em 31 de Dezembro de 2021	6.859	(2.000)	-	-	(1.016)	3.843
Aumento de capital	4.500	(4.500)				-
Integralização de capital		6.500				6.500
Resultado do período					195	195
Saldos em 31 de Dezembro de 2022	11.359	-	-	-	(820)	10.539
Resultado do período					1.761	1.761
Constituição reserva legal			47		(47)	-
Dividendos mínimos obrigatórios					(223)	(223)
Destinação reserva de lucros				670	(670)	-
Saldos em 31 de Dezembro de 2023	11.359	-	47	670	-	12.076
Aumento de capital	3.341					3.341
Integralização de capital						-
Resultado do período					-	-
Constituição reserva legal			229		(229)	-
Dividendos mínimos obrigatórios					(1.086)	(1.086)
Destinação reserva de lucros				3.259	(3.259)	-
Saldos em 31 de Dezembro de 2024	14.700	-	276	3.929	(4.574)	14.330

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

BEMISA MINERAÇÃO E LOGÍSTICA S.A
CNPJ: 15.643.555/0001-29

Demonstrações dos Fluxos de Caixa
(Em milhares de Reais)

	2024	2023
Fluxo de caixa das atividades operacionais		
Resultado do exercício	4.574	1.761
Ajustes ao prejuízo do exercício:		
Depreciação	819	290
Amortização de direito de uso	3.601	300
Resultado do exercício ajustado	<u>8.994</u>	<u>2.350</u>
Aumento/redução de ativos e passivos operacionais		
Contas a receber	(2.033)	(1.457)
Impostos a recuperar	(477)	163
Despesas antecipadas	464	501
Outros Créditos	(718)	
Adiantamentos	(3)	(1)
Fornecedores	(851)	1.466
Salários e encargos	158	29
Impostos a recolher	1.440	342
Caixa líquido utilizado nas atividades operacionais	<u>6.974</u>	<u>3.393</u>
Fluxo de caixa das atividades de investimento		
Aquisição/baixa de ativo imobilizado	(3.653)	(4.305)
Caixa líquido aplicado nas atividades de investimento	<u>(3.653)</u>	<u>(4.305)</u>
Fluxo de caixa das atividades de financiamento		
Integralização de capital	3.341	-
Dividendos e JCP pagos	(223)	
Passivo de arrendamento	(3.138)	(1.052)
Caixa líquido proveniente das atividades de financiamento	<u>(20)</u>	<u>(1.052)</u>
Aumento / (Redução) de caixa e equivalentes de caixa	<u>3.300</u>	<u>(1.963)</u>
Caixa e equivalente de caixa no início do exercício	5.473	7.436
Caixa e equivalente de caixa no fim do exercício	8.773	5.473
Aumento / (Redução) de caixa e equivalentes de caixa	<u>3.300</u>	<u>(1.963)</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

BEMISA MINERAÇÃO E LOGISTICA S.A

Notas Explicativas da Administração às Demonstrações Contábeis Em 31 de Dezembro de 2024 e de 2023

(Em milhares de Reais)

1. Contexto operacional

A Bemisa Mineração e Logística S.A (“Bemisa Logística” ou “Companhia”) foi constituída em junho de 2012, e tem sede na Avenida Rio Branco, nº 108, Sala 2501 (parte) - Rio de Janeiro. A Companhia tem por objeto social a pesquisa mineral com prospecção, exploração, desenvolvimento de lavra, industrialização, comercialização e exportação de bens minerais, o armazenamento de minérios, a carga e descarga de minérios em vagões de trem, o transporte rodoviário de cargas em geral, dentro e fora do território brasileiro, a elaboração e execução de projetos logísticos de transportes, atividades do Operador de Transporte Multimodal - OTM, envolvendo a organização do transporte de carga nacional e internacional por mais de uma modalidade, além da participação em outras sociedades, na condição de acionista ou sócio quotista.

O controle da Companhia é exercido pela Bemisa Holding S.A que detém 100% das ações.

Em 2022, a Companhia iniciou a operação de logística através da prestação de serviços de carregamento ferroviário de minério de ferro para a controladora Bemisa Holding S.A e para terceiros no Terminal de Cargas localizado na cidade de Timoteo no estado de Minas Gerais.

2. Base de preparação

2.1. Declaração de conformidade

As demonstrações contábeis foram elaboradas de acordo com práticas contábeis adotadas no Brasil, em observância às disposições contidas na Lei das Sociedades por Ações, complementadas pelos Pronunciamentos, Interpretações e Orientações do Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), aprovados pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC).

Em 24 de abril de 2025, a Administração da Companhia autorizou a conclusão e divulgação das demonstrações contábeis referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2024.

2.2. Declaração de relevância

Todas as informações relevantes às demonstrações contábeis, e somente elas, estão sendo evidenciadas e correspondem às utilizadas pela Administração em sua gestão das atividades da Companhia.

2.3 Julgamentos, estimativas e premissas contábeis significativas

A preparação das demonstrações contábeis requer que a Administração faça julgamentos e estimativas e adote premissas que afetam os valores apresentados de receitas, despesas, ativos e passivos, bem como as divulgações de passivos contingentes, na data-base das demonstrações contábeis.

A Administração da Companhia se baseia em estimativas e premissas derivadas da experiência histórica e outros fatores, incluindo expectativas de eventos futuros, as quais se consideram razoáveis e relevantes. A aplicação das estimativas e premissas frequentemente requer julgamentos relacionados a assuntos que são incertos, com relação aos resultados das operações e ao valor dos ativos e passivos. Os resultados operacionais e posição financeira podem diferir se as experiências e premissas utilizadas na mensuração das estimativas forem diferentes dos resultados reais.

3. Resumo das políticas contábeis materiais

a. Instrumentos financeiros

(i) Ativos financeiros não derivativos

A Companhia reconhece os depósitos inicialmente na data em que foram originados. Todos os outros ativos financeiros (incluindo os ativos designados pelo valor justo por meio do resultado) são reconhecidos inicialmente na data da negociação na qual a Companhia se torna uma das partes das disposições contratuais do instrumento.

A Companhia desreconhece um ativo financeiro quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram, ou quando a Companhia transfere os direitos ao recebimento dos fluxos de caixa contratuais sobre um ativo financeiro em uma transação no qual essencialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos.

A Companhia classifica os ativos financeiros não derivativos nas seguintes categorias: ativos financeiros registrados pelo valor justo por meio de resultado, custo amortizado e valor justo por meio de outros resultados.

Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa abrangem saldos de caixa e investimentos financeiros com vencimento original de três meses ou menos a partir da data da contratação. Os quais são sujeitos a um risco insignificante de alteração no valor, e são utilizadas na gestão das obrigações de curto prazo. A Companhia possui classificado em caixa e equivalentes de caixa saldos em conta corrente bancária e de aplicação financeira com liquidez imediata, conforme Nota Explicativa nº 4.

(ii) Passivos financeiros não derivativos

A Companhia reconhece passivos subordinados inicialmente na data em que são originados. Todos os outros passivos financeiros (incluindo passivos designados pelo valor justo registrado no resultado) são reconhecidos inicialmente na data de negociação na qual a Companhia se torna uma parte das disposições contratuais do instrumento. A Companhia baixa um passivo financeiro quando tem suas obrigações contratuais retirada, cancelada ou vencida.

A Companhia classifica os passivos financeiros não derivativos na categoria de outros passivos financeiros. Tais passivos financeiros são reconhecidos inicialmente pelo valor justo acrescido de quaisquer custos de transação atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, esses passivos financeiros são medidos pelo custo amortizado através do método dos juros efetivos.

A Companhia tem o seguinte passivo financeiro não derivativo: fornecedores.

b. Contas a receber

São apresentadas pelo valor nominal dos títulos, os quais estão sujeitos ao Ajuste a Valor Presente (AVP), quando relevante. É constituída provisão para perda esperada com créditos, cujo cálculo é baseado em estimativas suficientes para cobrir possíveis perdas na realização das contas a receber, considerando o histórico de recebimento a situação de cada cliente.

c. Provisões

Uma provisão é reconhecida, em função de um evento passado, se a Companhia tem uma obrigação legal ou construtiva que possa ser estimada de maneira confiável, e é provável que um recurso econômico seja exigido para liquidar a obrigação. As provisões são apuradas através do desconto dos fluxos de caixa futuros esperados a uma taxa antes de impostos que reflete as avaliações atuais de mercado quanto ao valor do dinheiro no tempo e riscos específicos para o passivo. Os custos financeiros incorridos são registrados no resultado.

d. Imposto de renda e contribuição social

c.1.) Impostos sobre lucro

No exercício de 2024 e 2023, a Companhia adotou o regime de apuração pelo lucro presumido, onde o imposto de renda é calculado com base na alíquota de 15%, acrescida de adicional de 10% sobre a parcela do lucro que exceder a R\$ 60 no trimestre, e são aplicadas sobre o percentual de presunção de 8% sobre a receita bruta de vendas. Para a apuração da contribuição social, a alíquota de 9% é aplicada sobre o percentual de presunção de 12% sobre a receita bruta de vendas.

c.2) Incertezas sobre tratamento de impostos

A interpretação ICPC 22 trata da contabilização dos tributos sobre o rendimento nos casos em que os tratamentos tributários envolvem incerteza que afeta a aplicação do CPC 32.

A Interpretação aborda especificamente o seguinte:

- Se a entidade considera tratamentos tributários incertos separadamente;
- As suposições que a entidade faz em relação ao exame dos tratamentos tributários pelas autoridades fiscais;
- Como a entidade determina o lucro real (prejuízo fiscal), bases de cálculo, prejuízos fiscais não utilizados, créditos tributários extemporâneos e alíquotas de imposto; e
- Como a entidade considera as mudanças de fatos e circunstâncias.

Na avaliação da Companhia, não foram identificados impactos nas demonstrações contábeis em decorrência da adoção desta interpretação.

e. Arrendamento - CPC 06 (R2)

A Companhia avalia, na data de início do contrato, se esse contrato é ou contém um arrendamento. Ou seja, se o contrato transmite o direito de controlar o uso de um ativo identificado por um período em troca de contraprestação.

A Companhia reconhece ativo de direito de uso e um passivo de arrendamento na data de início do arrendamento. O ativo de direito de uso é mensurado inicialmente pelo custo. A depreciação é calculada pelo método linear pelo prazo remanescente dos contratos. O passivo de arrendamento é mensurado inicialmente pelo valor presente dos pagamentos de arrendamento que não foram pagos na data de início, descontados pela taxa de juros incremental, que é definida como a taxa equivalente ao que o arrendatário teria que pagar ao financiar, por prazo semelhante e com garantia semelhante, para obter o ativo com valor similar ao ativo de direito de uso no mesmo ambiente econômico.

A Companhia não reconhece os ativos de direito de uso e os passivos de arrendamento para arrendamentos de baixo valor, bem como os curto prazo conforme permitido na norma.

f. Imobilizado

(i) Reconhecimento e mensuração

Itens do imobilizado são mensurados pelo custo histórico de aquisição ou construção, deduzido de depreciação acumulada e perdas de redução ao valor recuperável (impairment) acumuladas.

Ganhos e perdas na alienação de um item do imobilizado (apurados pela diferença entre os recursos advindos da alienação e o valor contábil do imobilizado), são reconhecidos em outras receitas/ despesas operacionais no resultado.

g. Pronunciamentos novos ou revisados aplicados pela primeira vez em 2024.

A Companhia aplicou pela primeira vez certas normas e alterações, que são válidas para períodos anuais iniciados em, ou após, 1º de janeiro de 2024 (exceto quando indicado de outra forma). A companhia decidiu não adotar antecipadamente nenhuma outra norma, interpretação ou alteração que tenham sido emitidas, mas ainda não estejam vigentes.

IFRS 18: Apresentação e Divulgação de Demonstrações Contábeis

Em abril de 2024, o IASB emitiu o IFRS 18, que substituiu o IAS 1 (equivalente ao CPC 26 (R1) - Apresentação de Demonstrações Financeiras).

O IFRS 18 introduz novos requisitos para apresentação dentro da demonstração do resultado do exercício, incluindo totais e subtotais especificados. Além disso, as entidades são obrigadas a classificar todas as receitas e despesas dentro da demonstração do resultado do exercício em uma das cinco categorias: operacional, investimento, financiamento, impostos de renda e operações descontinuadas, das quais as três primeiras são novas. A norma também exige a divulgação de medidas de desempenho definidas pela administração, subtotais de receitas e despesas, e inclui novos requisitos para a agregação e desagregação de informações financeiras com base nas “funções” identificadas das demonstrações contábeis primárias (primary financial statements (PFS)) e das notas explicativas. Além disso, alterações de escopo restrito foram feitas ao IAS 7 (equivalente ao CPC 03 (R2) - Demonstração dos Fluxos de Caixa), que incluem a alteração do ponto de partida para determinar os fluxos de caixa das operações pelo método indireto, de “lucro ou prejuízo do período” para “lucro ou prejuízo operacional” e a remoção da opcionalidade à classificação dos fluxos de caixa de dividendos e juros. Além disso, há alterações consequentes em vários outros padrões.

O IFRS 18 e as alterações nas outras normas são entrarão em vigor para períodos de relatórios iniciados em ou após 1º de janeiro de 2027, com a aplicação antecipada permitida e devendo ser divulgada, embora no Brasil a adoção antecipada não seja permitida. O IFRS 18 será aplicado retrospectivamente.

A Companhia está atualmente trabalhando para identificar todos os impactos que as alterações terão nas demonstrações contábeis primárias e notas explicativas às demonstrações contábeis.

4. Caixa e equivalentes de caixa

	<u>2024</u>	<u>2023</u>
Bancos conta movimento	4	2
Aplicações financeiras	8.768	5.471
Total	<u>8.772</u>	<u>5.473</u>

O saldo de aplicações financeiras é representado por valores investidos em fundos de investimento de renda fixa, mantidos em instituições financeiras de primeira linha, com liquidez imediata. Em 2024, a remuneração média foi de 99,54% do CDI (equivalente a 99,43% em 2023).

5. Contas a receber

As contas a receber são provenientes da prestação de serviços de carregamento ferroviário de minério de ferro iniciada desde 2023 conforme informado na nota explicativa nº 01.

	2024	2023
Contas a receber		
Clientes	4.642	2.609
	4.642	2.609

A análise de vencimentos dessas contas a receber consolidado está apresentada abaixo:

	2024	2023
A vencer	4.642	2.609
Vencida em		
Até 30 dias	-	-
	4.642	2.609

6. Despesa antecipada

	2024	2023
Arrendamento	819	1.295
Licenças	5	10
Benefícios	30	12
Seguros	-	-
Total	854	1.317
Circulante	511	500
Não circulante	343	817

7. Imobilizado

	Instalações	Equipamentos	Moveis e Utensílios	Benfeitorias	Computadores e Periféricos	Imobilizado em Andamento	Total
Custo							
Saldo em 31 de dezembro de 2023	3.480	815	19	2.528	44	204	7.090
Adições	-	11	3	-	3	297	314
Baixas	-	-	-	-	-	(3)	(3)
Transferências	130	2	-	359	8	(499)	-
Aporte	852	975	11	1.462	42	-	3.341
Saldo em 31 de dezembro de 2024	4.462	1.802	32	4.349	97	-	10.743
Depreciação							
Saldo em 31 de dezembro de 2023	(116)	(167)	(1)	(84)	(9)	-	(377)
Depreciação no exercício	(377)	(114)	(2)	(313)	(12)	-	(819)
Baixa	-	-	-	-	-	-	-
Saldo em 31 de dezembro de 2024	(116)	(167)	(1)	(84)	(9)	-	(1.196)
Valor contábil							
Em 31 de dezembro de 2023	3.364	648	18	2.444	35	204	6.713
Em 31 de dezembro de 2024	3.969	1.523	28	3.952	75	-	9.547

	Instalações	Equipamentos	Moveis e Utensílios	Benfeitorias	Computadores e Periféricos	Imobilização em andamento	Total
Custo							
Saldo em 31 de dezembro de 2022	-	796	6	-	26	1.957	2.785
Adições	-	12	-	-	18	4.275	4.305
Transferências	3.480	7	13	2.528	-	(6.028)	-
Baixa	-	-	-	-	-	-	-
Saldo em 31 de dezembro de 2023	3.480	815		2.528	44	204	7.090
Depreciação							
Saldo em 31 de dezembro de 2022	-	(86)	(1)	-	(1)	-	(88)
Depreciação no exercício	(116)	(81)	0	(84)	(8)	-	(289)
Baixa	-	-	-	-	-	-	-
Saldo em 31 de dezembro de 2023	(116)	(167)	(1)	(84)	(9)	-	(377)
Valor contábil							
Em 31 de dezembro de 2022	-	710	5	-	25	1.957	2.697
Em 31 de dezembro de 2023	3.364	648	18	2.444	35	204	6.713

8. Fornecedores

Em 31 de dezembro de 2024, o saldo de fornecedores é de R\$ 2.686 (R\$ 3.537 em 31 de dezembro de 2023), e é composto, principalmente, por compromissos de curto prazo assumidos com fornecedores de serviços contratados em decorrência da prestação de serviços de carregamento ferroviário de minério de ferro iniciada em 2022 conforme informado na nota explicativa nº 1.

9. Impostos a recolher

	2024	2023
PIS e COFINS	202	100
IRPJ e CSLL	1.556	830
Impostos retidos	49	18
Outros	-	-
	1.807	948

10. Arrendamento

a) Direito de uso – arrendamento

Ativo	Imóveis (i)
Saldo em 31/12/2023	9.902
Adições	-
(-) Depreciações	(3.600)
Total	6.302

- (i) Refere-se ao contrato de arrendamento de um terminal de cargas, pelo prazo de 59 meses, onde há o direito de controlar o uso de ativos identificados pelo período de vigência do contrato.

b) Passivo de arrendamento

Passivo

Saldo em 31/12/2023	9.150
Adições (i)	-
Juros	508
(-) Pagamentos	<u>(3.646)</u>
Saldo em 31/12/2023	<u>6.012</u>
Circulante	3.350
Não circulante	2.661

- (i) Refere-se ao contrato de arrendamento de um terminal de cargas, pelo prazo de 59 meses que foi aplicada a taxa de desconto de 6,77% para reconhecimento do passivo de arrendamento.

11. Patrimônio líquido

a. Capital social

Em 31 de dezembro de 2024, o capital social da Companhia é de R\$ 14.699, dividido em 21.073.619 ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal (Em 2023 era de R\$ 11.359, dividido em 16.812.415 ações).

b. Dividendos

Aos acionistas estão assegurados dividendos mínimos não inferiores a 25% do lucro líquido de cada exercício, ajustados nos termos da Lei nº 6.404/79 e deduzido das destinações determinadas em Assembleia.

Em 31 de dezembro de 2024, os dividendos foram calculados da seguinte forma:

Lucro líquido do exercício	4.574
(-) Prejuízo acumulado	-
Lucro ajustado	<u>4.574</u>
(-) Reserva legal (5% limitado a 20% do capital social)	<u>(229)</u>
Base de cálculo dos dividendos	<u>4.346</u>
Dividendos mínimo obrigatório (25%)	<u>1.086</u>

c. Reserva de lucros

Tendo em vista o previsto na Lei 11.638/07, em 31 de dezembro de 2024, a Administração destinou integralmente a essa reserva o saldo remanescente na rubrica lucros acumulados, no valor de R\$ 3.259, totalizando R\$ 3.929.

12. Receita líquida

	<u>2024</u>	<u>2023</u>
Receitas bruta	40.339	26.968
(-) COFINS	(1.210)	(809)
(-) PIS	(262)	(175)
(-) ISS	(2.016)	(1.349)
Receitas líquida de venda	<u>36.850</u>	<u>24.635</u>

13. Custo do serviço prestado

Refere-se aos custos oriundos da prestação de serviços de carregamento ferroviário de minério de ferro iniciada em 2022 conforme informado na nota explicativa nº 01.

14. Despesas gerais e administrativas

	2024	2023
Salários e encargos	(1.049)	(212)
Serviços contratados	(1.026)	(772)
Depreciação	(739)	(210)
Ocupação	-	-
Despesas com veículos	(128)	(151)
Outras	(368)	(86)
	(3.310)	(1.431)

15. Resultado financeiro

	2024	2023
Receitas financeiras		
Rendimento com aplicações financeiras	474	600
	474	600
Despesas financeiras		
Juros e multas	(1)	(1)
Juros s/ passivo de arrendamento	(508)	(51)
	(509)	(52)
Resultado financeiro líquido	(34)	548

16. IRPJ e CSLL

	2024	2023
Total Receita Bruta de Serviços	40.340	26.968
(+) Receita Financeira	475	600
(=) Base de Cálculo Presumido IR	13.397	9.231
(=) Base de Cálculo Presumido CS	13.397	9.231
Imposto de Renda - 15%	2.010	1.385
Imposto de Renda - Adicional 10%	1.316	899
Contribuição Social - 9%	1.206	831
	4.531	3.115

17. Partes relacionadas

a. Remuneração dos administradores

O montante referente à remuneração da Administração foi aprovado na Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária realizada no dia 30 de abril de 2024 em R\$ 34 para o exercício de 2024 (R\$ 34 em 2023).

A Companhia não concede benefícios pós-emprego, benefícios de rescisão de contrato de trabalho ou outros benefícios de longo prazo para a Administração.

18. Contingências

A Companhia não é parte de ações judiciais cíveis, trabalhistas e tributárias avaliadas pelos assessores jurídicos como sendo de risco provável de perda, e conseqüentemente não constituíram provisão para contingências.

19. Cobertura de seguros

A Companhia adota a política de contratar cobertura de seguros para os bens sujeitos a riscos por montantes considerados suficientes para cobrir eventuais sinistros, considerando a natureza de sua atividade.

* * * * *